



Presidência da República  
Gabinete de Segurança Institucional  
Agência Brasileira de Inteligência

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada de engenharia e/ou arquitetura para a prestação de serviços em duas fases distintas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. elaboração de anteprojeto, projeto básico, projeto legal (incluindo aprovação nos órgãos competentes) e projeto executivo;

1.1.2. serviço de apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução dos serviços de reforma com base nos projetos elaborados da forma acima para reforma do Bloco J da sede da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, com área aproximada de 8.304,67 m<sup>2</sup>, localizado no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 02, Brasília/DF.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração de anteprojeto, projeto básico, projeto legal (incluindo aprovação nos órgãos competentes), projeto executivo e serviços de apoio e assistência à supervisão e fiscalização dos serviços de reforma do Bloco J da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	20060	UN	01	238.378,01

1.1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os serviços objeto deste Termo de Referência abrangem, sinteticamente, a elaboração de anteprojeto, projeto básico, projeto legal (incluindo aprovação nos órgãos competentes) e projeto executivo de arquitetura, luminotécnica, estrutural, instalações de drenagem de águas pluviais, instalações elétricas, instalações de cabeamento estruturado da rede lógica, sistema de detecção, prevenção e combate a incêndio e pânico, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, sistema de ar-condicionado e instalações especiais (automação, CFTV e segurança) e, posteriormente, o apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução dos serviços de reforma do Bloco J com base nos projetos e demais peças técnicas elaborados.

- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 1.5.1. O prazo para conclusão dos projetos (anteprojeto, projeto básico, projeto legal e aprovação, projeto executivo, planilhas, memoriais e demais peças técnicas descritas ao longo do presente Termo de Referência) será de 120 (cento e vinte) dias após a emissão da ordem de serviço.
- 1.5.2. O apoio e assistência à fiscalização e supervisão da execução dos serviços de reforma do Bloco J deverá ser realizada em todo o período de execução dos serviços, estimado em 10 (dez) meses.
- 1.6. O valor máximo estimado da contratação é de R\$ 238.378,01 (duzentos e trinta e oito mil trezentos e setenta e oito reais e um centavo).
- 1.7. Consultando o Catálogo de materiais/serviços (CATSER/CATMAT), o serviço que mais se aproxima ao aqui descrito é o de código 20060 - Elaboração, análise projeto - engenharia.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme descrita no Estudo Técnico Preliminar, abrange a prestação do serviço de elaboração de anteprojeto, projeto básico, projeto legal, projeto executivo e apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução dos serviços de engenharia para reforma do Bloco J da sede da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, com área aproximada de 8.304,67 m<sup>2</sup>, localizado no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 02, Brasília/DF.
- 3.2. As disciplinas abrangidas pelo anteprojeto, projeto básico, projeto legal e projeto executivo são:
- 3.2.1. Arquitetura, luminotécnica, estrutural, instalações elétricas, instalações de drenagem de águas pluviais, cabeamento estruturado da rede lógica, prevenção, detecção e combate a incêndio e pânico, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, ar-condicionado e instalações especiais (automação, CFTV e segurança).
- 3.3. A descrição de cada peça técnica e o que minimamente deverá possuir está no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, anexo a este Termo de Referência.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. O contrato terá duração inicial de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável na forma da Lei nº 8.666/93.
- 5.1.2. O serviço enquadra-se como não continuado, nos termos do art. 16, da IN 05/2017, pois impõe ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei 8.666, de 1993.

5.1.3. A inobservância das especificações técnicas deste Termo de Referência e seus anexos implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

5.1.4. As normas constantes deste Termo de Referência e de seus anexos não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, municipais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.2.1. Essa declaração é obrigatória na fase de habilitação do certame.

5.3. As obrigações da Contratada e da Contratante estão disciplinadas em seção específica deste Termo de Referência.

5.4. O início da elaboração dos projetos deverá ser precedido de uma visita técnica ao local que sofrerá as intervenções. O relatório de visita técnica deverá ser encaminhado à fiscalização do Contrato pela empresa contratada em até 5 (cinco) dias corridos após a data definida para início dos trabalhos pela Ordem de Serviço. O relatório conterá as principais observações da Contratada relativas à execução dos projetos, contendo relatório fotográfico. As fotos poderão ser realizadas mediante assinatura prévia de Termo de Responsabilidade e Manutenção de Sigilo.

5.4.1. Durante essa primeira visita técnica, a Contratada deverá realizar o levantamento da edificação e de todas as medidas e dimensões, a fim de verificar a compatibilidade do anteprojeto preliminar elaborada pela Contratante e que servirá como referência para o desenvolvimento das demais peças.

5.4.2. É obrigação da Contratada o levantamento da atual situação da edificação, incluindo situação estrutural e caminhamentos dos sistemas complementares existentes.

5.5. As especificações técnicas e demais exigências das peças técnicas produzidas deverão ser elaboradas visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Adicionalmente, deverão ser seguidas, no que couber, as recomendações da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, em especial o art. 4º da citada Instrução Normativa.

5.6. Deverão ser especificados equipamento e aparelhos regulamentados no Programa Brasileiro de Etiquetagem com classe de eficiência "A".

5.7. A especificação de equipamentos de tecnologia da informação deverá seguir as recomendações da Portaria SLTI/MP nº 02, de 16 de março de 2010.

## **6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

6.1. A realização de vistoria é facultativa, observados os regramentos previstos no Edital.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública, devendo a licitante executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços, em horário comercial previamente marcado pelo telefone (61) 3445-8565.

6.3. Para a realização da vistoria, o representante da licitante deverá realizar prévio agendamento, conforme item acima, informando número do documento de identidade civil e CPF, a fim de realizar sua entrada no órgão, apresentar documento expedido pela licitante que comprove sua habilitação para realizar a vistoria além de documento que comprove seu registro no conselho de classe respectivo. Deverá também assinar Termo de Responsabilidade e Manutenção de Sigilo antes do início da vistoria.

6.4. Realizada a visita/vistoria, a ABIN emitirá o Atestado de Vistoria, conforme modelo definido em anexo deste Termo de Referência, atestando que a Licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto desta licitação.

6.5. A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, enquadrando a necessidade de eventuais alterações como álea ordinária, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

6.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.7. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria nos locais, firmará declaração conforme modelo anexo a este Termo de Referência, na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço do presente Termo.

6.8. A apresentação do Atestado de Visita/Não Vistoria, conforme modelo disponibilizado em anexo deste Termo de Referência, serão obrigatórios na fase de habilitação do certame.

6.9. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.9.1. A entrega descrita acima não será obrigatória, estando sujeita à conveniência, oportunidade e disponibilidade de recursos da ABIN.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. A execução dos serviços será iniciada logo após a emissão da Ordem de Serviço, cujo modelo está anexo a este Termo de Referência, que ocorrerá após a assinatura do Contrato.

7.2. A ordem de serviço apenas será emitida após a entrega, à fiscalização do Contrato, de todas as Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs - e Registros de Responsabilidade Técnica - RRT.

7.2.1. Previamente à emissão da Ordem de Serviço, será realizada reunião da Contratante com a Contratada.

7.2.2. A Contratada não poderá iniciar os serviços antes da data expressa na Ordem Serviço.

7.2.3. Em caso de falha ou erro em qualquer documento, a Ordem de Serviço não será emitida pela Fiscalização até a regularização.

7.2.4. Junto com a ART e para emissão da Ordem de Serviço, a Contratada deverá entregar cronograma detalhado da execução física prevista dos trabalhos para aprovação pela Contratante, seguindo os prazos máximos estabelecidos.

7.2.5. Durante a execução dos serviços, se houver casos omissos, dúvidas, divergências, necessidade de modificações ou de readequações em algum detalhe executivo, a Contratada deverá, antes de tomar qualquer decisão, consultar a Fiscalização da Contratante, expondo seu parecer técnico sobre o assunto e aguardando sua deliberação e aprovação.

7.2.6. Durante a execução dos serviços de apoio e assistência à supervisão e fiscalização dos serviços de reforma do Bloco J, a Contratada deverá realizar os ajustes necessários nos projetos, devendo arcar diretamente com o pagamento de eventuais aditivos, caso estes sejam concedidos pela ABIN.

7.2.7. Para a emissão da Ordem de Serviço, também se faz necessário a comprovação de registro ou credenciamento da Contratada junto ao CBMDF.

7.3. Os serviços da primeira e segunda fase deverão ser desenvolvidos nos horários de trabalho normal da Contratante, ou seja, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

7.4. Os serviços da primeira e segunda fase serão desenvolvidos no Bloco J da sede da ABIN, localizado no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 02, Brasília/DF

7.5. Os deveres e disciplinas exigidos estão dispostos nas obrigações da Contratada.

7.6. As rotinas e métodos de execução, além dos requisitos de cada etapa, estão dispostos no Caderno de Encargos, anexo a este Termo de Referência, e ao longo deste.

7.7. Os prazos a seguir se darão em dias corridos, exceto se houver disposição em sentido contrário.

7.7.1. O anteprojeto deverá ser entregue, completo, em até 15 (quinze) dias após a data permitida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço.

7.7.1.1. Após o recebimento do anteprojeto, a equipe de fiscalização realizará a análise de todas as peças produzidas em até 15 (quinze) dias.

7.7.1.2. Após a análise da equipe de fiscalização, a Contratada terá, no máximo, 5 (cinco) dias para conclusão de todas as correções apontadas pela equipe de fiscalização.

7.7.2. O Projeto Básico deverá ser entregue, completo, em até 55 (cinquenta e cinco) dias após a data permitida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço.

7.7.2.1. Após o recebimento do projeto básico, a equipe de fiscalização realizará a análise de todas as peças produzidas em até 15 (quinze) dias.

7.7.2.2. Após a análise da equipe de fiscalização, a Contratada terá, no máximo, 5 (cinco) dias para conclusão de todas as correções apontadas pela equipe de fiscalização.

7.7.3. O Projeto Legal deverá ser entregue, completo, e estar aprovado em todos os órgãos competentes, conforme o caso, em até 110 (cento e dez) dias após a data permitida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço.

7.7.4. O Projeto Executivo deverá ser entregue, completo, em até 120 (cento e vinte) dias após a data permitida para início dos serviços, constante da Ordem de Serviço.

7.7.4.1. A análise do projeto executivo, pela equipe de fiscalização, ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a entrega pela Contratada.

7.7.4.2. Após a análise da equipe de fiscalização, a Contratada terá, no máximo, 15 (quinze) dias para conclusão de todas as correções apontadas pela equipe de fiscalização.

7.8. Após o recebimento do projeto executivo revisado e caso não haja nenhuma providência adicional, serão iniciados os procedimentos relativos ao recebimento provisório e definitivo.

7.8.1. Caso a Contratada julgue não poder concluir os serviços de cada etapa (anteprojeto, Projeto Básico, Projeto Legal e Projeto Executivo) dentro do prazo de execução contratual, esta deverá expor os motivos à Fiscalização, por escrito, em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de execução do objeto contratado.

7.8.2. Essa exposição não representa aceitação de dilação de prazo pela administração, indica apenas que será analisada, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas neste Termo de Referência. Adicionalmente, caso a dilação pedida seja aceita, esta será formalizada mediante termo aditivo.

7.9. Os serviços de apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução da reforma do Bloco J deverá ser executado durante todo o período de execução das obras, conforme previsto pela Contratada no cronograma físico-financeiro dos serviços de reforma do Bloco J.

## **8. MODELOS DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

8.1. O procedimento de verificação dos serviços será realizado periodicamente pelos fiscais do contrato e pelo corpo técnico da ABIN com base neste Termo de Referência.

8.2. O contrato será gerido por uma equipe de fiscalização, devendo todas as comunicações serem realizadas com eles e preferencialmente por escrito, inclusive por e-mail, devendo-se registrar no Livro de Ocorrências eventuais comunicações verbais.

8.3. É terminantemente proibida a comunicação sobre aspectos relativos à execução dos serviços com pessoas que não sejam os membros da equipe de fiscalização.

8.3.1. A Contratada deverá realizar reuniões semanais com a fiscalização do contrato e com o corpo técnico da ABIN, impreterivelmente no local da prestação dos serviços.

8.3.2. Durante as reuniões semanais, a Contratada deverá apresentar o andamento dos trabalhos, bem como a parte do cronograma que já foi executada, a que resta e comparar com o prazo disponível para

a conclusão dos trabalhos.

8.3.3. As reuniões obrigatoriamente deverão ocorrer com os profissionais responsáveis pela execução dos serviços, assim entendidos como aqueles constantes das ART's e/ou RRT's que foi entregue previamente à emissão da Ordem de Serviço.

8.4. Os serviços que não atenderem aos requisitos técnicos e de qualidade serão considerados insatisfatórios e deverão ser corrigidos às custas da Contratada.

8.4.1. Ao verificar erros de execução ou serviços insatisfatórios, os fiscais devem notificar a contratada para que os erros sejam corrigidos de modo a não comprometer a execução e qualidade do serviço.

8.5. Os serviços serão pagos com base nas faturas/medições emitidas pela Contratada e atestadas pela Contratante, incluindo eventuais ajustes no valor a ser pago.

8.5.1. Os serviços apenas serão pagos se a parcela prevista para o período estiver completamente concluída e aceita pela Contratante.

8.6. Deverá ser seguido rigorosamente o cronograma detalhado de execução física previsto entregue para a fiscalização.

8.7. Para fins de pagamento, será considerado 30% do valor da contratação para a elaboração dos projetos e 70% para as atividades de apoio e assistência à fiscalização e supervisão da execução dos serviços de reforma.

8.7.1. A parcela relativa à elaboração dos projetos será paga em 4 (quatro) partes, sendo 10% correspondente à entrega e aprovação do anteprojeto pela Contratante; 30% correspondente à entrega e aprovação do Projeto Básico pela Contratante; 20% correspondente à entrega e aprovação nos órgãos competentes do Projeto Legal (conforme o caso); 40% correspondente à entrega e aprovação do Projeto Executivo pela Contratante.

8.7.1.1. As definições, requisitos e partes constituintes dos Projetos Básico e Executivo são as apresentadas no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

8.7.2. A parcela relativa ao valor dos serviços de apoio e assistência à fiscalização e supervisão dos serviços de reforma do Bloco J será paga proporcionalmente à execução física dos trabalhos pela empresa que vencer a referida licitação e terá início após a emissão da segunda ordem de serviço.

8.7.2.1. O percentual estimado de 7% para cada parcela dos serviços de apoio e assistência à supervisão e fiscalização da reforma do Bloco J será ajustada conforme disposição acima, a fim de resultar em valor proporcional à execução prevista da reforma.

8.7.2.2. Previamente à emissão da segunda ordem de serviço, deverão ser entregues as anotações de responsabilidade técnica e/ou registros de responsabilidade técnica dos profissionais indicados para o apoio e assistência à supervisão e fiscalização dos serviços, conforme requisitos de qualificação técnica requeridos no caderno de encargos.

8.7.3. O cronograma físico-financeiro seguirá o apresentado abaixo:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO						
ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS E PROJETOS E OBTENÇÃO DAS LICENÇAS				APOIO E ASSISTÊNCIA À SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO		
35 DIAS	75 DIAS	110 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS
3,00%	9,00%	6,00%	12,00%	7,00%	7,00%	7,00%
R\$ 7.151,30	R\$ 21.454,02	R\$ 14.302,68	R\$ 28.605,36	R\$ 16.686,46	R\$ 16.686,46	R\$ 16.686,46

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (CONTINUAÇÃO)
APOIO E ASSISTÊNCIA À SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO

240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	360 DIAS	390 DIAS	420 DIAS
7,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%
R\$ 16.686,46	R\$ 16.686,46	R\$ 16.686,46	R\$ 16.686,46	R\$ 16.686,46	R\$ 16.686,46	R\$ 16.686,46

8.7.4. O prazo para elaboração (incluindo análises pela equipe de fiscalização, aprovações nos órgãos legais e correções) do anteprojeto, projeto básico, legal e executivo de todas as disciplinas será de 120 (cento e vinte) dias após a data indicada na primeira ordem de serviço.

8.7.5. O trabalho de apoio e assistência à supervisão e fiscalização dos serviços será desenvolvido durante todo o período de execução dos trabalhos de reforma do Bloco J e após a data indicada na segunda ordem de serviço.

8.7.6. Os valores a serem pagos relativos à etapa de apoio e assistência à supervisão e fiscalização dos serviços de reforma serão ajustados na mesma proporção do que a empresa contratada deixou de produzir ou produziu.

8.7.7. O pagamento dos valores relativos à etapa de apoio e assistência à supervisão e fiscalização dos serviços de reforma deverão seguir estritamente a execução física dos trabalhos a fim de evitar descompasso entre a execução da modernização e os pagamentos para os serviços de apoio e assistência à supervisão e fiscalização. Poderá inclusive ocorrer a supressão da remuneração nos casos, ainda que imprevistos, de redução do ritmo dos serviços de reforma ou paralisação total das atividades.

8.8. As atividades desenvolvidas devem atender rigorosamente às exigências deste Termo de Referência e demais instrumentos anexos, além das respectivas normas técnicas nacionais ou, em caso de omissões nestas, normas internacionais.

8.9. A fiscalização do contrato rejeitará, no todo ou em parte, serviço em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e demais instrumentos anexos, nos termos do art. 76 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.10. Os pagamentos poderão ser reduzidos quando da aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR - anexo a este Termo de Referência.

8.11. A Contratada deverá, diariamente, entregar o Diário de Ocorrências.

8.11.1. O Diário de Ocorrências deverá conter discriminação das atividades desenvolvidas no dia, além de determinar o percentual executado de cada parcela, a fim de permitir o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos pela Contratante.

8.11.2. A Contratante deverá ter acesso ao Diário de Ocorrências, a fim de incluir observações neste.

8.11.3. Não será aceito Diário de Ocorrências em que o acesso à Contratante para incluir observações seja negado.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma de desembolso mensal.

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

- 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 9.11. Exigir da Contratada que providencie o seguinte como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 9.11.1. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 9.11.2. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 9.11.3. carta "habite-se", emitida pelo órgão competente;
- 9.11.4. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 9.11.5. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 9.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, dos instrumentos anexos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, além de reparar eventuais danos às instalações da Contratante em decorrência da execução dos trabalhos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem



executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante, devendo observar inclusive o regime de tributação ao qual está submetida e adequar sua proposta a ele.

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste termo de referência.

10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.17. Manter, durante toda a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida na Lei nº 13.146, de 2015.

10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.21. Arcar com o pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais, municipais e distritais, em consequência de fato imputável à Contratada e relacionado com este Contrato.

10.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

10.23. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.24. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

10.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

10.26. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.

10.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

10.28. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço, fazendo constar seu nome completo, cargo, CPF e RG.

10.28.1. A relação nominal dos empregados deverá ser entregue, no máximo, na data da reunião inicial.

10.28.2. Caso haja a necessidade de entrada eventual de funcionários ou prestadores de serviços à contratada que não estejam na listagem acima descrita, seus dados completos deverão ser enviados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do horário previsto de sua entrada.

10.28.3. Nova listagem de funcionários permanentes apenas pode ser enviada uma vez por semana.

10.28.3.1. Não será permitida a entrada de funcionários eventuais cujo procedimento de solicitação de entrada não seja o descrito acima.

10.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme as categorias profissionais utilizadas na prestação dos serviços.

10.30. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

10.31. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço ou mediante critérios da Contratante, conforme descrito neste

## Termo de Referência.

- 10.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.
- 10.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 10.34. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 10.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 10.36. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 10.37. Providenciar, em no máximo 5 (cinco) dias após assinatura do contrato, ART's e registros/vistos necessários no CREA/DF e CAU/DF, referentes ao objeto de contrato e às suas especialidades pertinentes, apresentando prova do registro à Fiscalização do contrato para verificação e emissão da Ordem de Serviço.
- 10.38. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 10.39. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de operação.
- 10.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 10.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 10.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 10.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao local dos serviços.
- 10.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.
- 10.43. Atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas;
- 10.44. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

10.45. Providenciar a imediata correção de deficiências apontadas pela Fiscalização quanto à execução do objeto contratado.

10.46. Verificar, *in situ*, as condições para a execução do contrato, tomando as precauções e cuidados necessários para garantir a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, canalizações, redes, pavimentação, propriedades de terceiros, segurança dos operários e transeuntes que possam ser atingidos e sofrer avarias durante a execução de todas as etapas da obra.

10.46.1. Quaisquer danos causados pela Contratada diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, ação ou omissão, inclusive de seus profissionais, serão de inteira e única responsabilidade da Contratada, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

10.46.2. A Contratada deverá recompor todos os elementos que forem danificados durante a execução dos serviços usando materiais e acabamentos idênticos ou similares aos existentes.

10.46.3. A Contratante poderá descontar dos pagamentos devidos à Contratada ou da garantia os valores referentes a todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços contratados.

10.46.4. A fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante não exclui ou reduz essa responsabilidade.

10.47. Manter os profissionais, quando nas instalações da Contratante, com apresentação condizente ao ambiente onde o serviço será executado e devidamente fardados e identificados com uso permanente de crachá.

10.47.1. A Contratada deverá também responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, na hipótese de ocorrência da espécie, sendo vítimas seus empregados, no desempenho de atividades relativas ao objeto deste Contrato, ainda que ocorridos em via pública ou nas dependências da Contratante.

10.48. Comunicar à Fiscalização, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada e que desaconselhe ou impeça a execução do contrato.

10.48.1. A não observância do dispositivo acima transferirá para a Contratada as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

10.49. Armazenar, em local indicado pela Fiscalização, todos os materiais que forem retirados, quando for o caso, para avaliação da Contratante. Todo material retirado, descrito nas especificações deste Projeto Básico cujo descarte não foi autorizado, pertence à Contratante.

10.50. Prestar, prontamente, toda a assistência técnico-administrativa necessária para a regular fiscalização do Contrato, mantendo preposto aceito pela Contratada e com competência para responder e tomar decisões pela Contratada, permitindo também o livre acesso da Fiscalização ao local dos serviços.

10.51. Acatar as determinações feitas pela fiscalização da Contratante no que tange ao cumprimento deste Contrato.

10.52. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.53. Observar postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas de segurança orgânica/corporativa da Contratante, incluindo a necessidade de guarda de sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, instruindo seus empregados quanto à necessidade de acatar tais normas.

10.54. Fornecer aos seus funcionários todos as ferramentas, equipamentos, EPI e EPC necessários e compatíveis com os serviços englobados no escopo do projeto, monitorando e controlando seu correto uso.

10.55. Executar os serviços nos horários predeterminados pela Contratante, conforme horário de expediente normal do órgão, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

10.55.1. Solicitar formal autorização da Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para execução de serviços fora do horário normal de expediente (noite, fins de semana e feriados).

10.55.2. A autorização estará condicionada à expressa autorização do órgão, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.

10.56. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que a Contratante for compelido a responder, em decorrência desta contratação.

10.57. Dimensionar sua proposta de forma que englobe o fornecimento de toda ferramenta, equipamento e utensílio para uso no canteiro de serviço de acordo com o plano de execução pretendido, observadas as determinações das Especificações Técnicas e Caderno de Encargos, além de licenças, impostos, taxas e outras cobranças de órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins.

10.57.1. A proposta deverá considerar eventuais despesas de transporte, sejam elas de materiais ou de pessoas, dentro e fora do local dos serviços, assim como o processo de sua utilização, além da limpeza final dos locais que sofreram intervenção.

10.57.2. A proposta deverá considerar eventuais testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Somente será admitida a subcontratação parcial do objeto do contrato, limitada às parcelas de elaboração dos projetos de rede lógica e cabeamento estruturado, instalações elétricas e drenagem de águas pluviais.

11.2. Não será admitida a subcontratação de parcelas alvo de exigências para fins de habilitação técnica profissional e/ou operacional.

11.3. Caso ocorra, a subcontratação deverá ser com pessoa jurídica plenamente estabelecida e com registro comercial em atividade relacionada diretamente ao serviço que será executado, devendo ser apresentados atestados comprobatórios de anterior realização dos serviços objeto da subcontratação.

11.4. Para fins de autorização, a CONTRATADA deverá apresentar também documento comprobatório de vínculo contratual com a empresa subcontratada.

11.5. A empresa subcontratada deverá atender integralmente a este Termo de Referência e seus anexos, no que couber ao serviço que será por ela executado, e a CONTRATADA deverá supervisionar sua atuação.

11.6. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

11.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.8. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo anexo à este Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.8.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.11. Em hipótese alguma será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.15. No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Termo de Referência, seus anexos e demais instruções fornecidas pela Fiscalização ou, de modo geral, com a boa prática da engenharia, poderá a Contratante, além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação (total ou parcial) dos trabalhos defeituosos ou a reexecução dos serviços concluídos, sem ônus à Contratante.

13.16. Os serviços rejeitados pela Fiscalização, por não estarem de acordo com este Termo de

Referência, deverão ser refeitos corretamente e com antecedência necessária para não prejudicar o andamento cronológico da contratação, arcando a Contratada com o ônus do fato.

13.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

14.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme etapas constantes da seção 8 - Modelos de Gestão do Contrato e Critérios de Medição, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

14.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa estiverem executados em sua totalidade;

14.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

14.1.4. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

14.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.2.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e apontar as correções que se fizerem necessárias.

14.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

14.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

14.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

14.2.1.4. A aprovação da medição apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

14.2.1.5. A medição também ficará sujeita, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.2.1.6. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

14.2.1.7. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos estiverem executados em sua totalidade, conforme explicitado no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

14.2.2. A Fiscalização, após a devida diligência, autorizará, por escrito, a emissão da Nota Fiscal/Fatura de cobrança pela Contratada, em valor correspondente aos serviços efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização.

14.2.3. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessárias;

14.2.4. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.2.4.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

14.2.4.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

14.2.4.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

14.3.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 10 (dez) dias anteriores à exaustão do prazo.

14.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, em seus anexos e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14.6. A última parcela das duas etapas apresentadas na seção 8 - Modelos de Gestão do Contrato e Critérios de Medição - será enviada para pagamento após o recebimento definitivo.

14.6.1. Por duas etapas entenda-se a elaboração dos projetos (etapa 1) e o apoio e assistência à fiscalização e supervisão da reforma do Bloco J (etapa 2).

## 15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, que apenas poderá ser emitida após atendimento das exigências do



item 15.2 e seguintes.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá seguir o seguinte procedimento:

15.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme seção 8 - Modelos de Gestão do Contrato e Critérios de Medição, a Contratada deverá apresentar a medição prévia dos serviços executados no período, através de relatório detalhado.

15.2.1.1. Quando for o caso, a Contratada apresentará também, a cada medição, os documentos comprobatórios exigidos neste Termo de Referência, tais como comprovantes de pagamentos dos encargos trabalhistas, certificados de destinação dos resíduos resultantes da execução dos serviços, certificado de procedência legal dos produtos e subprodutos florestais, dentre outros.

15.2.2. A Contratante realizará inspeção de todos os produtos desenvolvidos, conforme medição prévia apresentada pela Contratada, por meio de profissionais técnicos competentes, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar correções e revisões finais que se fizerem necessários.

15.2.3. A medição deverá conter somente os serviços efetivamente prestados e concluídos, devendo respeitar ainda os critérios de medição da seção 8 - Modelos de Gestão do Contrato e Critérios de Medição.

15.2.4. A Contratada fica obrigada a reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o produto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à Fiscalização não atestar a medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas.

15.2.5. A medição também ficará sujeita, quando cabível, à entrega dos manuais e instruções exigíveis e à aprovação nos órgãos competentes de cada disciplina.

15.2.6. A aprovação da medição apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

15.2.7. A Fiscalização, ao final de cada período de faturamento, avaliará também o resultado da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

15.2.8. A Fiscalização, ao final de cada período de faturamento, irá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES MP nº 005/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

15.2.9. Após as devidas diligências, a Fiscalização autorizará, por escrito, a emissão da Nota Fiscal/Fatura de cobrança pela Contratada, em valor correspondente aos serviços efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização.

15.2.10. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura

apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 15.4.1. o prazo de validade;
  - 15.4.2. a data da emissão;
  - 15.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 15.4.4. o período de prestação dos serviços;
  - 15.4.5. o valor a pagar; e
  - 15.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 15.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 15.6.1. não produziu os resultados acordados;
  - 15.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 15.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que

tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------	--

## 16. REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC-M - Índice Nacional da Construção Civil - exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do

contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

17.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

17.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

17.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

17.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

17.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

17.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

17.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.12. Será considerada extinta a garantia:

17.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

17.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

17.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

17.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 18. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. ensinar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. fraudar na execução do contrato;

18.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. cometer fraude fiscal;

18.1.6. não manter a proposta.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. **Multa de:**

18.2.2.1. 0,2% (dois décimos por cento) até 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, aplicado ao prazo de cada etapa prevista na seção 8 - Modelo de Execução do Objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,2% (dois décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,2% (dois décimos por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,4% a 6,4% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,4% ao dia sobre o valor do contrato

02	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
03	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
04	3,2% ao dia sobre o valor do contrato
05	6,4% ao dia sobre o valor do contrato

**Tabela 2**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia;	03
6	Permitir a presença de profissional sem uniforme e/ou EPI.	01
7	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos que não sejam a execução do objeto contratado.	05
8	Deixar de providenciar a remoção contínua de entulho e detritos dos locais de serviço, utilizando-se de transporte para local apropriado e autorizado pelo Poder Público.	02
9	Deixar de comparecer a reuniões de início dos serviços ou de avaliação/acompanhamento.	03
10	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	03
11	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	02
12	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após	03

	reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
13	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	03
14	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada.	02

18.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

18.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no

edital.

19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.3.1. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da região competente a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade de prestação de serviços de engenharia;

19.3.1.1. Justificativa: O inciso I do art.30 da Lei 8.666/93 autoriza o Órgão a exigir para fins de qualificação técnica dos interessados “registro ou inscrição na entidade profissional competente”. A atividade econômica de engenharia e arquitetura está regulamentada pela Lei 5.194/66, neste caso o exercício não é totalmente livre, devendo-se moldar às normas previstas na legislação de regência. O registro pode ser exigido nos casos em que a profissão ou atividade exercida pela licitante se encontrar regulamentada através de lei em sentido estrito. A exigência do edital decorre da literalidade do art. 1 da Lei 6839 de 30.10.1980. Por outro lado, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), na Resolução n.º 336, de 27 de outubro de 1989, art. 4º, determina que a pessoa jurídica enquadrada em qualquer uma das classes do Art. 1º só terá condições legais para o início da sua atividade técnico-profissional, após ter o seu registro efetivado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

19.3.2. Comprovação da capacitação técnico-operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com aval do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região competente, por meio de CAT com registro de atestado, que indique a licitante como empresa contratada para execução dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, quais sejam:

19.3.2.1. **Elaboração de projeto de arquitetura com área mínima de 2.500 m²;**

19.3.2.2. **Elaboração de projeto de detecção, prevenção e combate a incêndio com área mínima de 2.500 m²;**

19.3.2.3. **Elaboração de projeto de sistema de ar-condicionado com área mínima de 2.500 m².**

19.3.2.4. Não será admitido, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de cada serviço, o somatório de áreas de atestados distintos.

19.3.2.5. Justificativa: Caberá a Administração Pública com base na Lei 8.666/93 exigir atestados referentes à capacitação técnica da licitante, com vistas à comprovação de aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (Art. 30, II e seu § 1º,I). A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica não tem como objetivo limitar o caráter competitivo que deverá nortear o procedimento licitatório, mas apenas aferir a experiência anterior da licitante quanto ao objeto da licitação, necessária para a garantia da qualidade do serviço, não restringindo desta forma a competitividade do certame, de modo a dar cumprimento ao art.37, inciso XXI, da CF, e ao artigo 3,§1º da lei 8.666/93. Com relação à vedação da soma de áreas de distintos atestados, esta foi incluída pois projetos com maiores áreas possuem características distintas de diversos projetos de área inferior. Ou seja, a técnica requerida para elaboração de um projeto de área de 2500 m², por exemplo, é distinta da técnica para elaboração de 2 projetos com área de 1250 m². A área de 2500 m² foi adotada por representar cerca de 30% da área total do Bloco J.

19.3.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

19.3.3.1. **Serviços de elaboração de projeto de arquitetura;**

19.3.3.2. **Serviços de elaboração de projeto de detecção, prevenção e combate a incêndio;**

19.3.3.3. **Serviços de elaboração de projeto de sistema de ar-condicionado;**

19.3.3.4. **Serviços de elaboração de projeto de fachada em pele de vidro e de escada enclausurada**



**em edificação com, pelo menos, 3 pavimentos.**

19.3.3.5. Justificativa: Caberá a Administração Pública com base na Lei 8.666/93 exigir atestados referentes à capacitação técnica dos profissionais envolvidos na execução dos serviços, com vistas à comprovação de aptidão pertinente e compatível em características com o objeto da licitação (Art. 30, II e seu § 1º, I). Tais itens correspondem à aproximadamente 34,95% do custo estimado da contratação e possuem interface com todas as outras disciplinas.

19.3.3.6. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Termo de Referência, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

19.3.4. Declaração indicando o(s) nome(s), CPF e número(s) do(s) registro(s) na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s) do(s) responsável(is) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto, conforme §10º, art. 30, da Lei 8.666/1993.

19.3.4.1. O(s) nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deverá(ão) ser o(s) mesmo(s) que constar(em) do atestado de qualificação técnico-profissional.

19.3.4.2. Declaração indicando o nome, CPF e número do registro na entidade profissional competente dos profissionais que prestarão os serviços de apoio e assistência à supervisão e fiscalização da reforma do Bloco J, juntamente com a comprovação dos requisitos de qualificação exigidos.

19.3.4.3. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

19.3.4.4. Caso a declaração citada no item 19.3.4.2 não seja entregue, será entendido que os profissionais que prestarão os serviços de apoio e assistência à supervisão e fiscalização da reforma do Bloco J serão os mesmos indicados na declaração citada no item 19.3.4.

19.3.4.5. Justificativa: As declarações aqui solicitadas têm por finalidade atestar que o(s) profissional(is) cujos atestados foram apresentados como requisito de qualificação técnico-profissional realmente acompanhará(ão) e será(ão) o(s) responsável(is) pela execução dos serviços que se pretende contratar. Dito de outra forma, pretende-se, assim, evitar que os licitantes apresentem atestado de um profissional e outro profissional sem o acervo técnico daquele seja o responsável pelos serviços, o que traria sérios riscos à qualidade do serviço e descumpriria o §10º, art. 30, da Lei 8.666/1993.

19.4. O critério de julgamento da proposta é o de **menor preço global**.

19.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

19.6.1. **Valor Global:** O valor máximo global da contratação é R\$ 238.378,01 (duzentos e trinta e oito mil trezentos e setenta e oito reais e um centavo).

19.6.2. **Valores unitários:** conforme planilha de composição de preços anexa a este Termo de Referência.

19.6.2.1. Por se tratar de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos e documentos anexos a este Termo de Referência.

19.7. A proposta deverá conter como anexos os documentos abaixo, com a devida indicação de seu autor e registro no conselho de classe respectivo:

19.7.1. **Planilha sintética de orçamento**, com preços unitários, totais e global para a execução dos

serviços objeto de contratação.

19.7.1.1. A planilha deverá ser assinada pelo responsável técnico e deverá conter seu nome completo e número de registro no CREA/CAU;

19.7.2. **Composição analítica dos custos unitários de todos os itens da planilha orçamentária**, com demonstração da origem e da formação dos preços dos insumos e serviços.

19.7.2.1. A planilha deverá ser assinada pelo responsável técnico e deverá conter seu nome completo e número de registro no CREA/CAU;

19.7.3. **Planilha discriminativa com os valores de percentuais unitários e total da composição do BDI a ser utilizado pela licitante.**

19.7.3.1. As despesas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, em atendimento ao preconizado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, não devem ser consideradas no câmputo das despesas indiretas;

19.7.4. **Cronograma físico-financeiro, elaborado pela licitante, subdividido em tantas fases/etapas quanto forem necessárias para bem caracterizar o andamento do serviço, conforme modelo apresentado na Seção 8 deste Termo de Referência.**

19.7.5. **Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.**

19.8. A proposta de preço da licitante vencedora deverá conter declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos, tais como: salários; ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais; EPIs, ART's, taxas, emolumentos, impressões de pranchas, postagem de documentos, mídias de gravação (CD's, DVD's, etc.), registros, seguros, transportes, materiais, peças, equipamentos, ferramentas, serviços, montagens, instalações, mobílias, infraestrutura, testes; desmontagem, montagem e transporte de equipamentos e mobiliários; treinamento e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e seus anexos.

19.8.1. A não descrição de materiais, equipamentos, taxas, peças e/ou insumos necessários à execução dos serviços não pode ser invocada pela Contratada como motivo para eventuais e posteriores acréscimos de preço.

19.8.2. A indicação de quantitativos incluídos na proposta, referentes aos serviços descritos na planilha orçamentária, é de inteira responsabilidade do proponente, não lhe sendo admitida a arguição de omissões, enganos e erros posteriores com a pretensão de alterar o valor global proposto.

19.8.3. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta da licitante vencedora.

## 20. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

20.1. O custo estimado da contratação é R\$ 238.378,01 (duzentos e trinta e oito mil trezentos e setenta e oito reais e um centavo).

20.2. Nos termos da Lei 12.546/2011, no Art. 7º, III, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta as empresas do setor de construção civil. A opção da desoneração por obra ou para toda a empresa se dá quando a empresa é contratada por empreitada total, que é aquela na qual a empresa assume a responsabilidade direta pela execução de todos os serviços necessários à realização da obra, que é o caso presente.

20.2.1. Atualmente, a alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB - para as empresas da construção civil é de 4,50 %, e tal alíquota entra na composição do BDI, na parte relativa aos impostos.

20.2.2. Conforme detalhado na Planilha Orçamentária, foram adotados valores referenciais propostos pelo SENGE/BAHIA, não desonerados, em conformidade com o Art. 3º do Decreto 7.983, de 2013, uma vez que tal composição proporcionou os menores custos para a administração pública. Contudo, cabe às licitantes a aplicação da correta tributação a qual estiverem vinculadas.

20.2.3. Com relação aos quantitativos, foram adotados os presentes nos projetos anexos a este

Termo de Referência, sendo responsabilidade da Contratada o levantamento dos quantitativos a serem incluídos em sua proposta.

20.3. O percentual de BDI adotado segue as recomendações do art. 9º do Decreto 7.983, de 2013, através da adoção dos referenciais propostos pelo Tribunal de Contas da União – TCU – por meio do Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário, conforme memória de cálculo da Planilha de Composição do BDI.

20.4. O Orçamento Estimativo apresenta os preços unitários e as quantidades de cada item. Estes dados devem ser considerados como estimados e correspondem à referência máxima de preços para a licitação. Cada licitante deve, segundo metodologia própria, avaliar e adotar os seus próprios valores. A eventual diferença entre o quantitativo executado e aquele constante da proposta não será objeto de acréscimo ou redução de serviços para fins de pagamento.

20.5. O orçamento deverá ser elaborado levando-se em consideração o fato de que os serviços, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues completos. Em consequência, ficará a cargo do licitante prever qualquer serviço ou material necessário, mesmo quando não expressamente indicado no projeto básico, nas especificações técnicas e no orçamento, não lhe cabendo quaisquer acréscimos de pagamentos decorrentes.

## 21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 110133

Fonte: 0144

Programa de Trabalho: 188658

Elemento de Despesa: 33903905

POA: 2020

## 22. ANEXOS

22.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Declaração de Vistoria/ Não vistoria (SEI 0138904);
- Ordem de Serviço (SEI 0138897);
- Estudo Técnico Preliminar (SEI 0177215);
- Anteprojeto preliminar de arquitetura (SEI 0173821);
- Anteprojeto preliminar da escada enclausurada (SEI 0173824);
- Anteprojeto preliminar de instalações elétricas (SEI 0173873);
- Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI 0177288);
- Instrumento de Medição de Resultado (SEI 0177289);
- Planilha Orçamentária (SEI 0190721).



Documento assinado eletronicamente por **ALAN**, em 06/08/2020, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Coordenador(a) de Engenharia e Obras**, em 06/08/2020, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael de Oliveira**, em 06/08/2020, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael de Oliveira**, em 06/08/2020, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata de Oliveira**, em 06/08/2020, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata de Oliveira**, **A. Coordenador(a)-Geral de Administração**, em 07/08/2020, às 08:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata de Oliveira**, **A. Coordenador(a)-Geral de Administração**, em 07/08/2020, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata de Oliveira**, **Chefe da Divisão de Telefonia e Eletrônica**, em 10/08/2020, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abin.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0190603** e o código CRC **D76650E2**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Modelo de Termo de Referência para Pregão - Serviços comuns de engenharia  
Atualização: Maio/2020.

Referência: Processo nº 00091.004532/2020-04

SEI nº 0190603

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -